

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES,  
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO DE  
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, da 8ª (oitava) Emissão de Ampla Energia e Serviços S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão:  
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A., sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Leoni Ramos, nº 01, São Domingos, CEP 24210-205, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 33.050.071/0001-58, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 3330005494-4, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"); e
- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão de titulares das debêntures da primeira série ("Debenturistas da Primeira Série") e de titulares das debêntures da segunda série ("Debenturistas da Segunda Série" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas");  
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4200 – Bloco 04 – Sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"),

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO
  - 1.1 A emissão das Debêntures (conforme abaixo definidas), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"), a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta") e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), serão realizadas com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 25 de junho de 2014 ("AGE da Companhia").



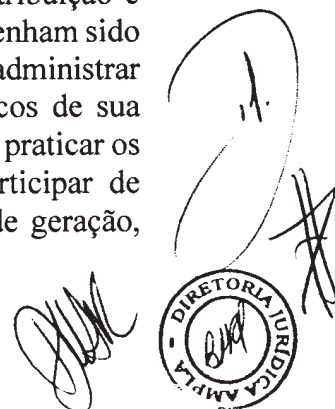
2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição, serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações a ata da AGE da Companhia será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "O Fluminense";
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCERJA;
- III. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- IV. *registro para negociação e custódia eletrônica.* Observado o disposto na Cláusula 5.4 abaixo, as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21– Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- V. *registro da Oferta pela CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e
- VI. *registro da Oferta pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* A Oferta será registrada na ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", exclusivamente para fins de informar a base de dados, condicionado à expedição, até a data do encerramento da Oferta, de diretrizes do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA nesse sentido, nos termos do artigo 9º, § 1º, do referido Código.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

3.1 A Companhia tem por objeto social (a) estudar, planejar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade, organizar subsidiária, ou incorporar outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seus objetivos; (b) participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, notadamente nas áreas de geração,



A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "DIRETORIA JURÍDICA AMPIA" around the perimeter and a signature in the center.

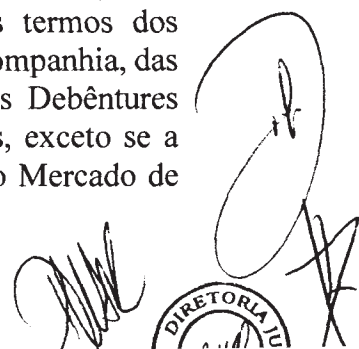
transmissão e formação de pessoal técnico e a preparação de operários qualificados, através de programas de treinamento e cursos especializados; (c) participar de organizações regionais, nacionais e internacionais, voltadas ao planejamento, operação, intercâmbio técnico e desenvolvimento empresarial, relacionadas com a área de energia elétrica; e (d) participar de outras empresas do setor elétrico como sócia ou acionista, inclusive no âmbito de programas de privatização, no Brasil e no exterior.

#### 4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados na execução dos planos de investimento de curto prazo da Companhia, assim como ao reforço de sua liquidez.

#### 5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, da 8ª (oitava) Emissão de Ampla Energia e Serviços S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").
- 5.2 *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
- 5.3 *Forma de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas por meio do MDA, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme abaixo definida) até a respectiva Data de Integralização.
- 5.4 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. As Debêntures somente poderão ser negociadas por meio do CETIP21 depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, exceto se a Companhia obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.



A large handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the word "DIRETORIA" at the top and "CVM" at the bottom, with some illegible text in the center. To the left of the stamp is another handwritten mark.

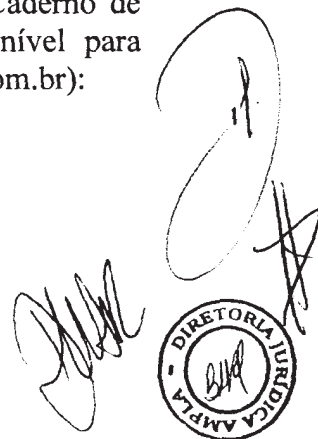
6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 8ª (oitava) emissão de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo.
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo 15.000 (quinze mil) debêntures distribuídas no âmbito da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e 15.000 (quinze mil) debêntures distribuídas no âmbito da segunda série ("Debêntures da Segunda Série") e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, denominada simplesmente "Debêntures").
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo) e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").
- 6.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia, não gozando os Debenturistas de preferência em relação aos demais credores quirografários da Companhia, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.
- 6.11 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 7 de julho de 2014 ("Data de Emissão").



- 6.12 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, as Debêntures vencerão em 7 de julho de 2019 ("Data de Vencimento").
- 6.13 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado facultativo e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:
- I. 2 (duas) parcelas, correspondentes à 33,3333% do Valor Nominal Unitário, devidas em 7 de julho de 2017 e 7 de julho de 2018; e
  - II. 1 (uma) parcela, correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário, devida na Data de Vencimento.
- 6.14 *Remuneração.* A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:
- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
  - II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado facultativo e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 7 (sete) dos meses de janeiro e julho de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 7 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula, que seguirá os critérios de cálculo do "Caderno de Fórmulas de Debêntures – CETIP21", o qual está disponível para consulta na página da CETIP na Internet (<http://www.cetip.com.br>):

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$



A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "DIRETORIA JURIDICA AMPLIA" around the perimeter and a signature in the center.

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \text{Fator DI} \times \text{FatorSpread}$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over, desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de "1" até "n";

TDI<sub>k</sub> = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI<sub>k</sub> = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

A large handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "DIRETORIA JURIDICA" around the perimeter and a signature in the center. To the right of the stamp is another handwritten mark.

Sendo que:

$spread = 1,4500$ ; e

$n$  = número de dias úteis entre a Data de Emissão, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, e a data de cálculo, sendo " $n$ " um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Observado o disposto na Cláusula 6.14.1 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

- 6.14.1 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou da data da proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberarem, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, respectivamente, a ser aplicado em cada uma das séries, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para cálculo da Remuneração, a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações



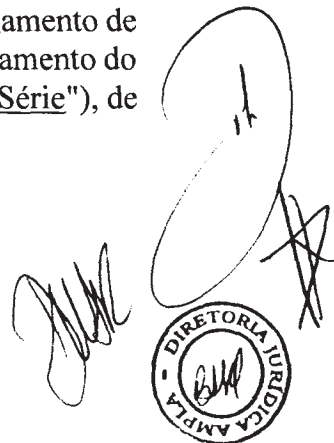
entre a Companhia e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização das assembleias gerais de Debenturistas previstas acima, referidas assembleias gerais de Debenturistas não serão realizadas, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, nas assembleias gerais de Debenturistas previstas acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação e 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures da respectiva série em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da realização das assembleias gerais de Debenturistas previstas acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

6.15 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.16 *Resgate Antecipado Facultativo.*

- I. *Debêntures da Primeira Série.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, mediante deliberação do seu Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, a partir de 7 de agosto de 2015 e com aviso prévio de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento de resgate antecipado ("Comunicação de Resgate da Primeira Série") aos Debenturistas da Primeira Série, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador e ao Banco Liquidante, o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série. O preço unitário de resgate a que farão jus os Debenturistas da Primeira Série por ocasião do resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série será calculado somando o prêmio de resgate ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado ("Data de Resgate Antecipado da Primeira Série"), de acordo com a fórmula abaixo:

$$PU_{\text{resgate}} = VNA + (d/D * 0,0020 * VNA)$$



A large handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "DIRETORIA JURÍDICA AMPA" around the perimeter and a signature in the center.

onde:

$PU_{resgate}$  = Preço unitário de resgate.

$VNA$  = Saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a Data de Resgate Antecipado da Primeira Série;

$d$  = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a Data de Resgate Antecipado da Primeira Série e a Data de Vencimento; e

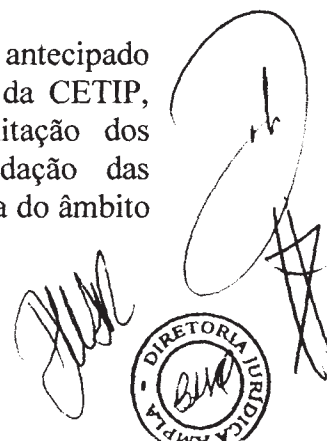
$D$  = quantidade de dias corridos entre a data de início do período de resgate antecipado da Primeira Série e a Data de Vencimento.

- II. *Debêntures da Segunda Série.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, mediante deliberação do seu Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, a partir de 7 de agosto de 2015 e com aviso prévio de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento de resgate antecipado ("Comunicação de Resgate da Segunda Série") e, em conjunto com a Comunicação de Resgate da Primeira Série, "Comunicação de Resgate") aos Debenturistas da Segunda Série, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador e ao Banco Liquidante, o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Segunda Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Segunda Série, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado ("Data de Resgate Antecipado da Segunda Série") e, em conjunto com a Data de Resgate Antecipado da Primeira Série, "Data de Resgate"), sem qualquer prêmio ou penalidade.

6.16.1 A Comunicação de Resgate deverá ser publicada nos termos da Cláusula 6.27 abaixo e constará, no mínimo, (a) a Data de Resgate Antecipado; (b) se o resgate antecipado será total ou parcial; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

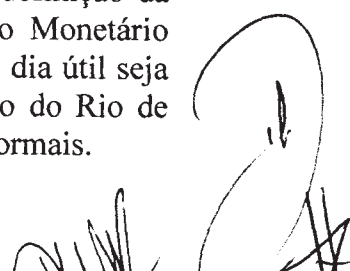
6.16.2 A data de resgate antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil e a CETIP deverá ser comunicada acerca do resgate antecipado, total ou parcial, por meio de correspondência a ser encaminhada pela Companhia com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data do evento do de resgate antecipado.

6.16.3 Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer em conformidade com os procedimentos da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.



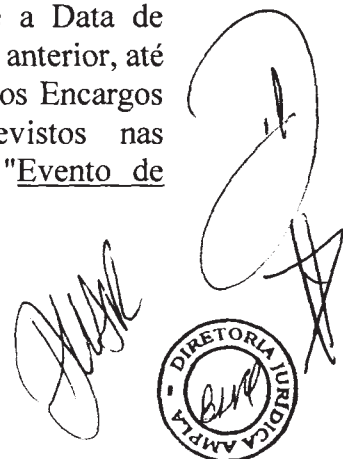
A large handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "DIRETORIA JURÍDICA" around the perimeter and "BPM" in the center.

- 6.16.4 No caso de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis.
- 6.17 *Amortização Antecipada Facultativa.* A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures.
- 6.18 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.
- 6.19 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 6.20 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou, ainda, por meio do Banco Liquidante para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 6.21 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa: (i) para fins de cálculo da Remuneração, qualquer dia útil, conforme definição da Resolução n.º 2.932, de 28 de fevereiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional, conforme alterada de tempos em tempos; e (ii) para os demais fins aqui previstos, (a) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia útil, conforme definição da Resolução n.º 2.932, de 28 de fevereiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional, conforme alterada de tempos em tempos, e (b) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP, qualquer dia útil, conforme definição da Resolução n.º 2.932, de 28 de fevereiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional, conforme alterada de tempos em tempos, desde que tal dia útil seja também um dia em que os bancos da Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, estejam abertos para a realização de negócios bancários normais.





- 6.22 *Atraso no Recebimento dos Pagamentos.* Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.21 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Companhia, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Companhia ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.
- 6.23 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").
- 6.24 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.25 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante ou ao Escriturador, conforme o caso, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.26 *Evento de Inadimplemento.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.26.1 a 6.26.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.26.1 abaixo e 6.26.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").



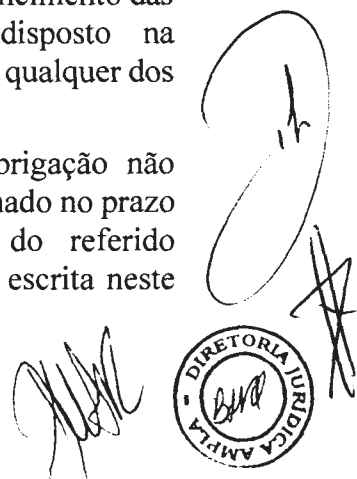
The block contains a handwritten signature and a circular stamp. The stamp is from the 'DIRETORIA JURIDICA AMPIA' and features a signature inside the circle.

6.26.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.26.3 abaixo:

- I. descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária aos Debenturistas estabelecidas nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, contados da data do respectivo vencimento;
- II. decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Companhia seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou equivalente em outra moeda;
- III. ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), observado, no que tange ao inciso III do artigo 1.425, o prazo de cura estipulado no inciso I acima;
- IV. se a Companhia tiver requerida e/ou decretada sua falência, for dissolvida ou sofrer legítimo protesto de título, cujo valor não pago individual ou agregado seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;
- V. se a Companhia propuser plano de recuperação extrajudicial aos Debenturistas ou a qualquer outro credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- VI. se a Companhia ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou
- VII. transformação do tipo societário da Companhia de forma que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

6.26.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.26.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. falta de cumprimento pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados: (i) da data do referido descumprimento, caso a Companhia receba comunicação escrita neste



A large handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "DIRETORIA JURIDICA AMPIA" around the perimeter. There is also a smaller, less legible stamp or mark below the main one.

sentido enviada pelo Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis após a data do descumprimento, data de descumprimento está a ser informada à Companhia pelo Agente Fiduciário por meio de referida comunicação escrita; ou (ii) da data em que a Companhia receber comunicação escrita do Agente Fiduciário conforme prevista na alíneas (i) deste item I, caso a Companhia não receba, em até 3 (três) Dias Úteis após o respectivo descumprimento, comunicação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido, sendo que caso um período de cura específico e distinto dos 15 (quinze) Dias Úteis previstos acima tenha sido estipulado com relação a qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão, tal período de cura específico prevalecerá, observadas as disposições constantes deste inciso I para fins de contagem desse período de cura específico;

- II. falta de cumprimento pela Companhia, no prazo e pela forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, que não as estabelecidas nesta Escritura de Emissão, cujo valor individual e/ou agregado seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), exceto se (i) sanada no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis; ou (ii) a Companhia obtiver as medidas legais e/ou judiciais cabíveis para o não pagamento da respectiva dívida ou obrigação no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento;
- III. mudança no estado econômico-financeiro da Companhia que comprovadamente venha a afetar a capacidade de solvência da Companhia;
- IV. mudança ou alteração do objeto social da Companhia, de forma a alterar as atuais atividades principais da Companhia, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- V. se houver alteração ou modificação no controle acionário da Companhia, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, ou ainda a incorporação, inclusive incorporação de ações, fusão ou cisão da Companhia, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas; estando a anuência dispensada se as operações não resultarem em mudança, transferência ou cessão direta do controle societário/acionário da Companhia, atualmente detido pela Endesa Brasil S.A. (CNPJ/MF n.º 07.523.555/0001-67);
- VI. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão é falsa na data de sua prestação;
- VII. redução do capital social da Companhia, sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- VIII. a inobservância da legislação socioambiental, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, se a Companhia incentivar, de qualquer forma, a prostituição ou utilizar em suas





atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;  
ou

IX. não atendimento pela Companhia por 2 (dois) trimestres consecutivos, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros") a serem acompanhados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais – ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP apresentadas pela Companhia à CVM, sendo a primeira verificação com base nas informações trimestrais correspondentes ao terceiro trimestre de 2014:

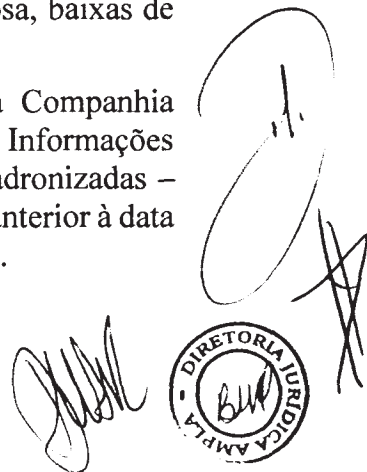
- (a) Dívida Financeira Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos); e
- (b) Dívida Financeira Líquida/(Dívida Financeira Líquida + Patrimônio Líquido) menor ou igual a 0,60 (sessenta centésimos).

Para os efeitos do disposto deste inciso IX, aplicar-se-ão as seguintes definições:

"Dívida Financeira Líquida" significa a soma de (i) empréstimos e financiamentos, inclusive com o BNDES, Eletrobrás e agências multilaterais; (ii) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da Companhia (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (iii) saldo líquido de operações de derivativos (i.e., passivos menos ativos de operações com derivativos); (iv) dívidas oriundas de quaisquer emissões ainda em circulação de debêntures e/ou notas promissórias comerciais da Companhia; e (v) dívidas com pessoas ligadas listadas no passivo da Companhia, líquidas dos créditos com pessoas ligadas listadas no ativo da Companhia, excluindo-se os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas pessoas ligadas e desde que descritos em notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia; menos o resultado da soma (i) do numerário disponível em caixa da Companhia; (ii) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras da Companhia; e (iii) dos saldos de aplicações financeiras da Companhia.

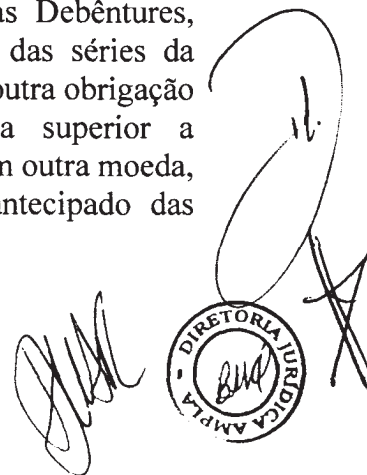
"EBITDA" significa o lucro ou prejuízo líquido da Companhia, relativo aos últimos 12 (doze) meses, antes da contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação e amortização.

"Patrimônio Líquido" significa o patrimônio líquido da Companhia apurado nas informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais – ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP apresentadas pela Companhia à CVM imediatamente anterior à data da verificação do Índice Financeiro pelo Agente Fiduciário.



The block contains a handwritten signature in black ink, which appears to be 'J. L.'. Below the signature is a circular stamp. The text around the perimeter of the stamp reads 'DIRETORIA JURÍDICA' at the top and 'AMPA' at the bottom. In the center of the stamp, there is a stylized signature or set of initials.

- 6.26.3 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.26.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, assim que ciente, enviar imediatamente à Companhia comunicação escrita informando tal acontecimento.
- 6.26.4 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.26.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 9 desta Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido na Cláusula 6.26.5 abaixo.
- 6.26.5 Se, nas assembleias gerais referidas na Cláusula 6.26.4 acima: (a) Debenturistas da Primeira Série detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou; (b) Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, e enviará, imediatamente, à Companhia, comunicação escrita informando tal acontecimento, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.26.7 abaixo. Esse mesmo quorum será aplicado para o caso de renúncia ou perdão temporário.
- 6.26.6 Fica desde já certo e ajustado que as assembleias gerais de Debenturistas, convocadas nos termos da Cláusula 6.26.4 acima, serão realizadas de forma independente para os Debenturistas da Primeira Série e para os Debenturistas da Segunda Série, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado das obrigações decorrentes de qualquer uma das séries não implicará automaticamente no vencimento antecipado da totalidade das Debêntures, exceto se o vencimento antecipado das Debêntures de uma das séries da presente Emissão ensejar o vencimento antecipado de qualquer outra obrigação da Companhia cujo valor individual e/ou agregado seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou equivalente em outra moeda, hipótese em que ocorrerá automaticamente o vencimento antecipado das Debêntures da outra série.



6.26.7 Observado o disposto nesta Cláusula 6.26, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a pagar o saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Companhia, da comunicação escrita referida nas Cláusulas 6.26.3 e 6.26.5 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.27 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ, no jornal Valor Econômico – Edição Nacional e no jornal O Fluminense, sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado, devendo a Companhia comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6.28 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo, e serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo indicados, conforme o caso, após o envio da mensagem. A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

Ampla Energia e Serviços S.A.  
Praça Leoni Ramos, n.º 1, 7º andar, bl. 01  
24210-205 Niterói, RJ  
At.: Sr. David Augusto de Abreu  
Telefone: (21) 2613-7094  
Fac-símile: (21) 2613-7122  
Correio Eletrônico: dabreu@endesabr.com.br

The block contains handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is from the 'DIRETORIA JURÍDICA' and has the initials 'BUP' in the center. There are several handwritten marks, including a large '2' and some illegible signatures.

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Avenida das Américas, nº 4200 - Bloco 04 - Sala 514  
22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro

Sra. Marcelle Motta Santoro

Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotruster.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na legislação em vigor, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Companhia obriga-se, ainda, a:

I. Disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.ampla.com/a-ampla/relações-com-investidores.aspx>), bem como enviar ao Agente Fiduciário:

(a) dentro do prazo máximo, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e legislação aplicável à época, contado após o término de seu exercício social de cada ano ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao exercício social então encerrado, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis aceitos no Brasil e com as regras da CVM, acompanhadas de relatório da administração e parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Companhia, ou aos membros de sua administração e respectivas respostas, relativas a essas demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade e à gestão ou às contas da Companhia;

(b) dentro do prazo máximo, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e legislação aplicável à época, contado após o término de cada trimestre do exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis aceitos no Brasil e com as regras da CVM, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Companhia, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade ou gestão ou às contas da Companhia;

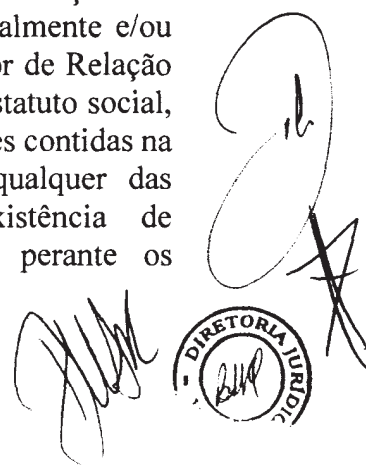




- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, ou de norma que venha a revogá-la ou substituí-la no tocante à entrega de informações periódicas, nos prazos ali previstos ou, se não houver prazo determinado nesse normativo, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que forem realizados.

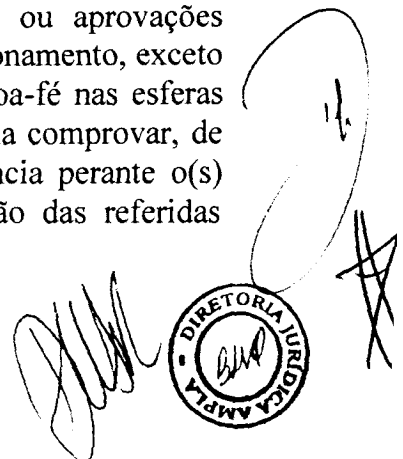
II. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 1 (dia) Dia Útil contado das datas a que se refere o inciso I acima, alíneas (a) e (b), (i) memória de cálculo contendo todas as rubricas necessárias ao acompanhamento dos Índices Financeiros evidenciado nas notas explicativas das demonstrações financeiras ou ITR; e (ii) a demonstração do cálculo dos Índices Financeiros realizado pela Companhia, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos referidos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Companhia e/ou ao auditor independente da Companhia todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (b) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes (conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 "Instrução CVM 358") e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias após as respectivas publicações;
- (c) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, quaisquer informações relevantes com relação às Debêntures ou quaisquer informações necessárias no âmbito da prestação de serviços pelo Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura de Emissão, que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas, por escrito, pelo Agente Fiduciário, mas não se limitando àquelas previstas no artigo 17, da Instrução CVM 476, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Oferta ou cumprimento de seus deveres nos termos desta Escritura de Emissão;
- (d) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Companhia relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura de Emissão, imediatamente após o seu recebimento;
- (e) dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias após a publicação das demonstrações financeiras da Companhia, trimestralmente e/ou anualmente, conforme o caso, declaração do Diretor de Relação com Investidores da Companhia na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Companhia perante os



A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "DIRETORIA JURÍDICA" around the perimeter and a signature in the center.

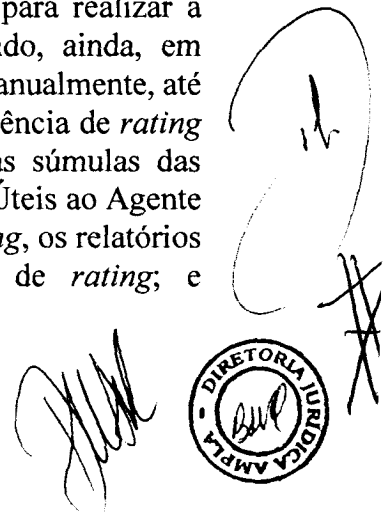
- Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
- (f) informações sobre qualquer fato relevante que seja do conhecimento da Companhia e que possa vir a afetar o seu desempenho financeiro e operacional ou, ainda, sobre a ocorrência de quaisquer fatos ou eventos de vencimento antecipado descritos na Cláusula 6.26 desta Escritura de Emissão, em até 1 (um) Dia Útil após a ocorrência de tal fato ou evento; e
  - (g) os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia.
- III. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis.
  - IV. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Companhia) tenham acesso irrestrito, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Companhia referente às suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis da Companhia.
  - V. Convocar, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão, assembleias gerais para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça.
  - VI. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia.
  - VII. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
  - VIII. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.
  - IX. Notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário em caso de mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Companhia.
  - X. Manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto por aquelas (a) que estejam sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; e/ou (b) cuja a Companhia comprove, de forma satisfatória aos Debenturistas, a devida diligência perante o(s) órgão(s) competente(s) para a obtenção ou renovação das referidas



A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "DIRETORIA JURÍDICA" and "AMPLA" around a central emblem. To the right of the stamp is a large handwritten "X" mark.

licenças, concessões ou aprovações, que autorizem a regular continuidade das atividades da Companhia.

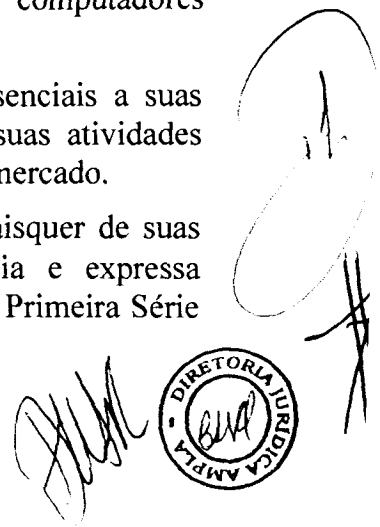
- XI. Aplicar os recursos obtidos por meio da presente Emissão estritamente conforme descrito na Cláusula 4 acima.
- XII. Cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por aquelas (a) questionadas, de boa-fé, junto às autoridades competentes; e/ou (b) que estejam sendo questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- XIII. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Companhia na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.
- XIV. Adotar todas as medidas necessárias para:
  - (a) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, licenças e ativos necessários para a condução dos seus negócios dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;
  - (b) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal;
  - (c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial; e
  - (d) estender as medidas elencadas nos subitens (a) a (c) deste inciso XIV para as sociedades sob seu controle, conforme aplicável.
- XV. Contratar e manter contratados, às suas expensas, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (a) agência de *rating* que divulgue relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures; (b) banco liquidante e escriturador mandatário; (c) agente fiduciário; e (d) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, CETIP 21).
- XVI. Relativamente à agência de *rating*, a Companhia deverá contratar e manter contratada pelo menos uma agência de *rating* para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, em relação à respectiva classificação de risco: (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de *rating* divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário contados do recebimento pela agência de *rating*, os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de *rating*; e



The block contains a large, stylized handwritten signature in black ink. Below the signature is a circular stamp. The stamp has the text "DIRETORIA JURÍDICA" around the top inner edge and "AMPA" around the bottom inner edge. In the center of the stamp, there is a handwritten signature or set of initials.

(d) comunicar em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco, observado que, caso a agência de *rating* contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá: (i) contratar outra agência de *rating* sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de *rating* seja a S&P, a *Moody's* ou a Fitch; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de *rating* substituta.

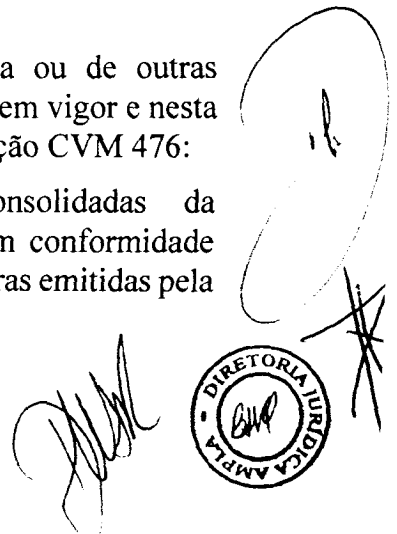
- XVII. Comunicar ao Agente Fiduciário o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura de Emissão, inclusive com relação a suas obrigações, pecuniárias e não pecuniárias, contraídas perante os titulares das Debêntures, em até 1 (um) Dia Útil após o referido descumprimento, sem prejuízos dos períodos de cura especificamente estabelecidos nesta Escritura de Emissão.
- XVIII. A Companhia não poderá realizar o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvado pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em virtude das Debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta, cessando esta proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta, nos termos desta Escritura de Emissão, cessando esta proibição tão logo a Companhia tenha realizado o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos Debenturistas em virtude das Debêntures objeto da Oferta, inclusive encargos, se devidos.
- XIX. Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.
- XX. Encaminhar, em até 3 (três) Dias Úteis, à CVM, à CETIP e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido no inciso XVI acima.
- XXI. Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente seguros, conforme práticas correntes de mercado.
- XXII. Não ceder, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos titulares das Debêntures da Primeira Série



A large, stylized handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "DIRETORIA JURIDICA AMPIA" around the perimeter and a signature in the center.

em Circulação ou da totalidade dos titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

- XXIII. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza ou escopo de seus negócios, conforme conduzidos nesta data, exceto quando e se exigido pela legislação ou regulamentação em vigor aplicável à Companhia.
- XXIV. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que (i) tal alteração possa causar um efeito adverso relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional; e (ii) deixe de atuar nos mercados em que a Companhia atua na data desta Escritura de Emissão.
- XXV. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não praticar qualquer ato ou negócio em desacordo com seu estatuto social ou não abrangido no seu objeto social.
- XXVI. Apresentar, por meio desta Escritura de Emissão e dos demais documentos relacionados à Oferta, declarações e informações verdadeiras, completas e corretas, comprometendo-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Companhia, se tornarem imprecisas, incompletas ou não corresponderem mais à realidade.
- XXVII. Fornecer ao Agente Fiduciário vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCERJA, tempestivamente, após a data do respectivo arquivamento.
- XXVIII. Manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial, de boa-fé.
- XXIX. Enviar o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea (I) da Cláusula 8.5 abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (n) da Cláusula 8.5 abaixo.
- XXX. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:
- (a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;



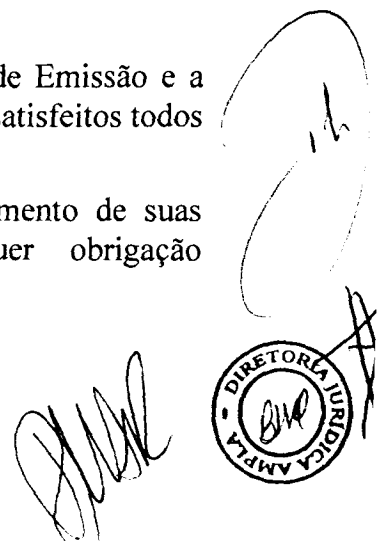
The block contains a handwritten signature and a circular stamp. The stamp is from the 'DIRETORIA JURÍDICA AMPLA' and features a signature inside it. There is also a large handwritten '11' to the right of the stamp.

- (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da respectiva data de divulgação, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

XXXI. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não realizar a transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

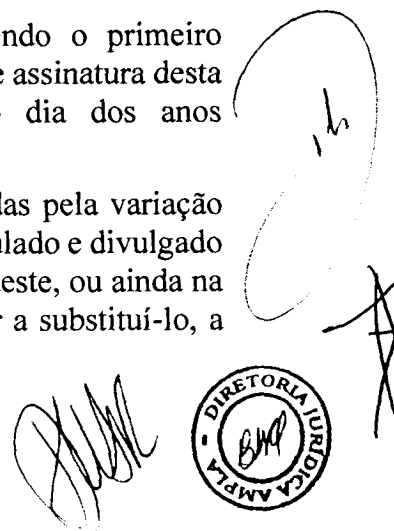
## 8. AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Companhia nomeia e constitui o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Companhia a comunhão dos titulares das Debêntures.
- 8.2 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:
  - (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
  - (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
  - (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
  - (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



A large handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "DIRETORIA JURIDICA AMPA" around the perimeter and a signature in the center.

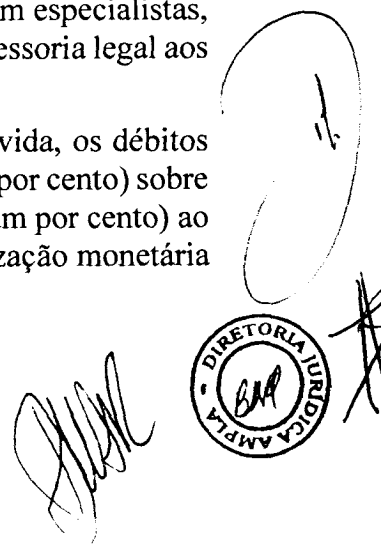
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
  - (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
  - (g) não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções;
  - (h) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
  - (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Companhia; e
  - (j) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na seguinte emissão: 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia ("6ª Emissão da Companhia"), com vencimento em 15 de junho de 2016, para as debêntures da primeira série, e 15 de junho de 2018, para as debêntures da segunda série, em que foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures na data de emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 6ª Emissão da Companhia não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão.
- 8.3 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.
- 8.4 Será devida pela Companhia ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:
- (a) parcelas anuais de R\$2.000,00 (dois mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures;
  - (b) as parcelas citadas na alínea (a) acima serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a



The block contains a handwritten signature in black ink, a circular stamp from the 'DIRETORIA JURÍDICA AMPARA' with the initials 'BMP' in the center, and a large, stylized handwritten mark resembling a '2' or 'h'.

partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

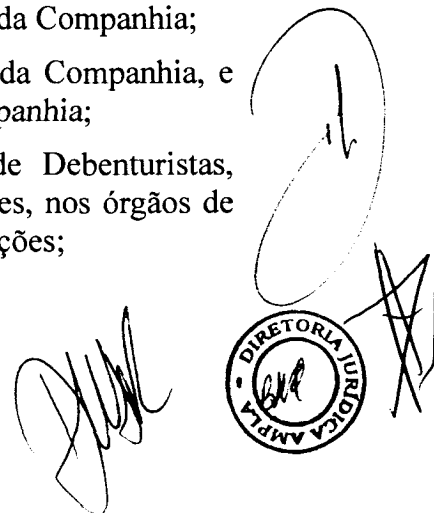
- (c) As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- (d) todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Companhia. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;
- (e) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;
- (f) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação ou a vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Companhia, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Companhia ou mediante reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação, transportes e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas; e
- (g) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária



The block contains a large, stylized handwritten signature in black ink. To the right of the signature is a circular stamp. The stamp has the text "DIRETORIA JURÍDICA" around the top inner edge and "AMPA" around the bottom inner edge. In the center of the stamp, there is a handwritten signature or set of initials.

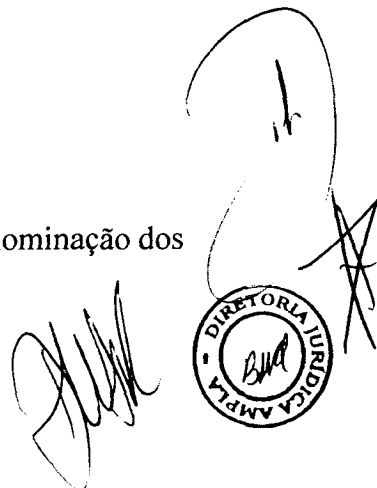
pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

- 8.4.1 A remuneração ao Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Companhia, remuneração essa que será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.
- 8.5 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
  - (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
  - (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
  - (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
  - (e) promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando lacunas e irregularidades porventura existentes, hipótese em que a Companhia deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Companhia;
  - (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
  - (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
  - (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Companhia, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Companhia;
  - (i) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Companhia, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Companhia;
  - (j) convocar, quando necessário, assembleias gerais de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa onde a Companhia deve efetuar suas publicações;



The block contains a handwritten signature and a circular stamp. The stamp is from the 'DIRETORIA JURÍDICA AMPA' and features a signature inside it. There is also a large, loopy handwritten mark above the stamp.

- (k) comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Companhia, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Companhia enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Companhia;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) amortização, aquisição facultativa e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Companhia;
  - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.26 acima;
  - (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - (ix) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures; e
  - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
    - (a) denominação da companhia ofertante;
    - (b) valor da emissão;
    - (c) quantidade de debêntures emitidas;
    - (d) espécie;
    - (e) prazo de vencimento das debêntures;
    - (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e

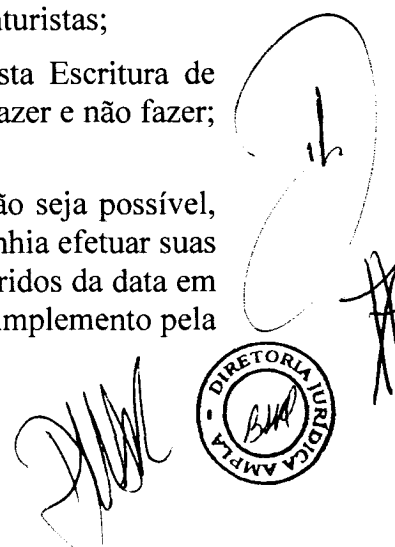


A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "DIRETORIA JURÍDICA" and "AMPA" around a central emblem. There is also a large handwritten "X" mark to the right of the stamp.

- (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período, conforme aplicável.

Para tanto, a Companhia deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas, e integrantes de bloco de controle, ao encerramento de cada exercício social.

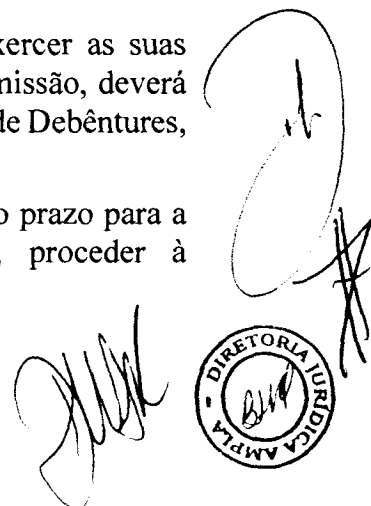
- (m) Disponibilizar o Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures acrescido da Remuneração da Primeira Série (no caso das Debêntures da Primeira Série) ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (no caso das Debêntures da Segunda Série) a ser calculado pela Companhia, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso (l) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Companhia. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Companhia;
  - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
  - (iii) na CETIP;
  - (iv) na CVM; e
  - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (o) publicar, às expensas da Companhia, nos órgãos de imprensa onde a Companhia efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Companhia, ao Escriturador e à CETIP, Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Companhia e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e
- (r) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais onde a Companhia efetuar suas publicações, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data em que tiver ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela



The block contains a large handwritten signature, a circular stamp from the 'DIRETORIA JURÍDICA AMPLA' with the initials 'BMP' inside, and another handwritten mark.

Companhia de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

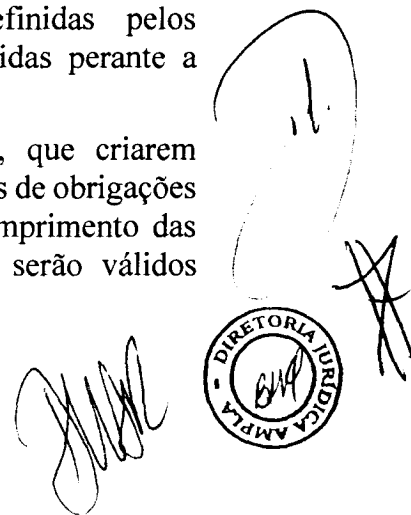
- 8.6 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Companhia para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Companhia:
- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão;
  - (b) requerer a falência da Companhia;
  - (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
  - (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Companhia.
- 8.6.1 O Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 6.26 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 8.6 acima, se a assembleia geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto na Cláusula 6.26 acima por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Na hipótese da alínea (d) da Cláusula 8.6 acima, bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação.
- 8.7 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Companhia efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.
- 8.7.1 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Companhia e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.
- 8.7.2 É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à



A large handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "DIRETORIA JURIDICA" and "AMPA" around a central emblem.

substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

- 8.7.3 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Companhia e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela assembleia geral de Debenturistas.
- 8.7.4 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.
- 8.7.5 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do inciso II da Cláusula 2.1 desta Escritura de Emissão.
- 8.9.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos das demais publicações da Companhia.
- 8.9.5.2 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.
- 8.7.6 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 8.7.7 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, Por esta Cláusula e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia.
- 8.7.8 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos



A large handwritten signature is visible on the right side of the page. Below it is a circular stamp with the text "DIRETORIA JURÍDICA" and "AMPA" around the perimeter. Inside the stamp, there is a handwritten signature.

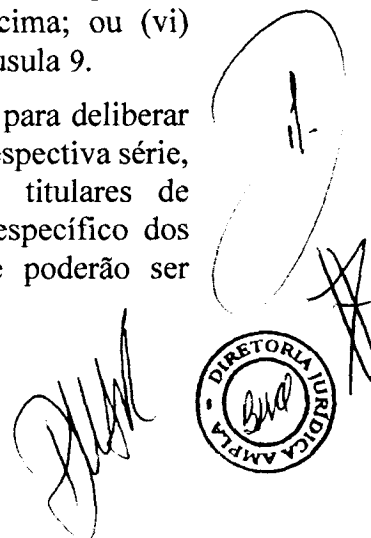
quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral de Debenturistas.

- 8.7.9 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis, desta Escritura de Emissão.
- 8.7.10 O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Companhia para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por titulares de Debêntures da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou por titulares das Debêntures da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.
- 9.3 Aplicar-se-á à assembleia geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.
- 9.4 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e das assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.27 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.5 As assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e das assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

- 9.7 Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula 9, serão consideradas "Debêntures da Primeira Série em Circulação" ou "Debêntures da Segunda Série em Circulação" (conjuntamente, as "Debêntures em circulação") todas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente, em circulação no mercado, excluídas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente, que a Companhia possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quorum de deliberação, não serão computados, ainda, os votos em branco.
- 9.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembleias gerais de Debenturistas.
- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 A presidência das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série ou das assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, caberá ao representante do Debenturista da respectiva série eleito pela maioria dos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.11 Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações tomadas em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série ou em assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, a maioria simples das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.
- 9.12 As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Companhia, dependerão da aprovação por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, ou, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, seja em primeira convocação da respectiva assembleia geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a data de pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Cláusula 6.26 acima; ou (vi) modificação dos quoruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula 9.
- 9.13 Na hipótese de instalação de assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse específico de Debenturistas de uma respectiva série, as disposições desta Cláusula 9 aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série, sendo que as matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

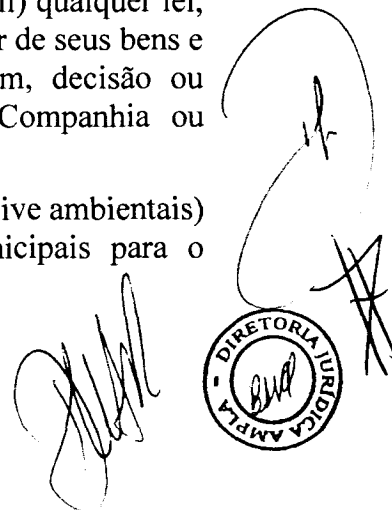


- 9.14 As deliberações tomadas pelos Debenturistas da respectiva série em assembleias gerais de Debenturistas da respectiva série, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão a todos os titulares das Debêntures daquela série em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais de Debenturistas.
- 9.15 Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas da respectiva série em assembleia geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação da respectiva série.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

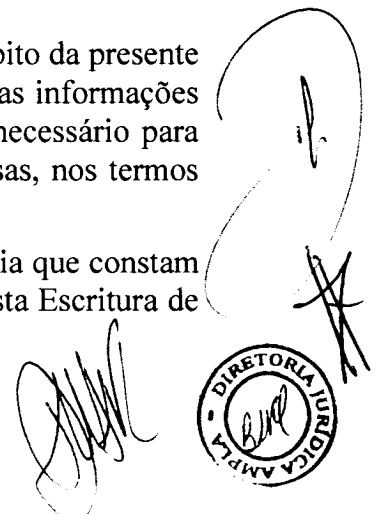
10.1 A Companhia neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias, inclusive, conforme aplicável, as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Companhia seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i.i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (i.ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Companhia, ou (i.iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Companhia ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Companhia tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;



The block contains a handwritten signature and a circular stamp. The stamp is from the 'DIRETORIA JURÍDICA AMPLA' and features a signature inside the circle. There is also a large handwritten 'X' mark next to the stamp.

- (f) a Companhia está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Companhia está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Companhia, datadas de 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, assim como as informações trimestrais da Companhia, datadas de 31 de março de 2014, representam corretamente a posição financeira da Companhia naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Companhia de forma consolidada;
- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 4 desta Escritura de Emissão;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Companhia e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) não há violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act 2010*, conforme aplicável, pela Companhia ou suas coligadas e controladas;
- (l) todas as informações prestadas pela Companhia e no âmbito da presente Oferta são corretas e verdadeiras na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas, nos termos do artigo 11 da Instrução CVM 476;
- (m) todas as declarações e garantias relacionadas à Companhia que constam desta Escritura de Emissão são, na data de assinatura desta Escritura de



The block contains a handwritten signature and a circular stamp. The stamp is from the 'DIRETORIA JURÍDICA' and has the initials 'BMP' in the center. There is also a large handwritten 'X' mark next to the stamp.

Emissão, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes, nos termos do artigo 11 da Instrução CVM 476;

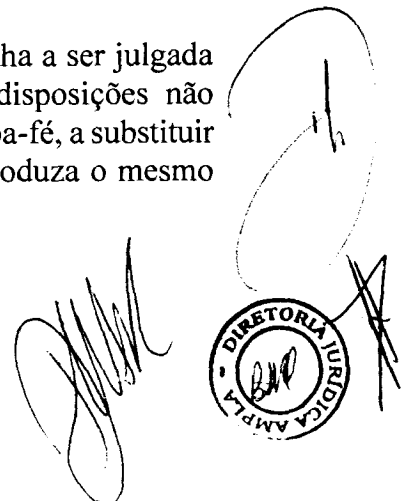
- (n) obteve previamente à Data de Emissão, todas as autorizações concedidas pela Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A., por bancos credores da Companhia, inclusive, mas não se limitando ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para a Emissão no âmbito da Oferta; e
  - (o) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Companhia, exequível de acordo com os seus termos e condições.
- 10.2 A Companhia obriga-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta em qualquer das datas em que foi prestada.

## 11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Emissão ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, da agência de *rating*, do Auditor Independente e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

## 12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares das Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Companhia prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 12.2 A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.
- 12.3 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "DIRETORIA JURÍDICA AMPA" around the perimeter and a signature in the center.

- 12.4 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil"), e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas à execução específica, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.
- 12.5 Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.
- 12.6 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, na JUCERJA serão de responsabilidade exclusiva da Companhia.
13. LEI DE REGÊNCIA
- 13.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.
14. FORO
- 14.1 Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2014.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

The block contains two handwritten signatures in black ink. Above the signatures is a circular stamp with the text "DIRETORIA JURÍDICA" around the perimeter and a stylized signature in the center.A single handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'X' shape.

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, da 8ª (oitava) Emissão de Ampla Energia e Serviços S.A., celebrado em 25 de junho de 2014, entre Ampla Energia e Serviços S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 1/3.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Nome:

Cargo:

*Deborah M. R. Brasil*  
Diretora Jurídica - Ampla

Nome:

Cargo:

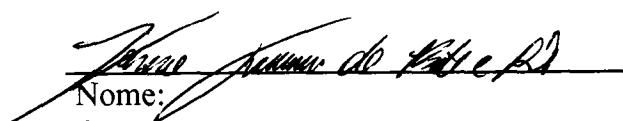
*David Augusto de Abreu*  
Procurador



*[Handwritten mark]*

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, da 8ª (oitava) Emissão de Ampla Energia e Serviços S.A., celebrado em 25 de junho de 2014, entre Ampla Energia e Serviços S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 2/3.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Pedro Silva**  
**Procurador**






Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, da 8ª (oitava) Emissão de Ampla Energia e Serviços S.A., celebrado em 25 de junho de 2014, entre Ampla Energia e Serviços S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:

Mariana Alves Cempuina  
Nome: MARIANA ALVES CEMPUEINA  
CPF: 112.224.427-44

Karolma Vongelotte  
Nome: Karolma Gomcaues Vongelotte  
CPF: 946.517.137-18



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*